

## Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2020

João Pessoa, 14 de maio de 2020 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba”, “EPB” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre (1T20). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1. Considerações gerais

Distribuidora de energia elétrica que atende cerca de 1,4 milhão de clientes cativos e 75 clientes livres e uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, a Companhia está presente em 216 dos 223 municípios do estado da Paraíba, em uma área de 54.087 Km<sup>2</sup>.

### 2. Desempenho econômico-financeiro

#### 2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no trimestre:

Desempenho Econômico-Financeiro			
Resultados - R\$ milhões			
Descrição	1T20	1T19	Variação %
Receita Operacional Bruta	791,4	849,0	- 6,8
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	752,8	820,2	- 8,2
Receita Operacional Líquida	528,7	558,1	- 5,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	490,1	529,3	- 7,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	118,7	99,6	+ 19,1
EBITDA	138,6	118,2	+ 17,3
EBITDA Ajustado	150,0	129,0	+ 16,3
Resultado financeiro	(4,5)	3,8	-
Lucro Líquido	95,9	86,2	+ 11,2
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.447,1	1.438,6	+ 0,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.000,6	970,5	+ 3,1
Vendas de energia a consumidores cativos + livre (TUSD) - (GWh)	1.176,4	1.118,1	+ 5,2
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	13,11	12,92	0,19 p.p.
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	28,4	23,1	+ 5,3 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
	31/03/2020	31/12/2019	Variação %
Ativo Total	3.069,9	2.841,8	+ 8,0
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	365,4	171,0	+ 113,7
Patrimônio Líquido	862,5	930,6	- 7,3
Endividamento Líquido	688,2	725,1	- 5,1

<sup>(1)</sup> Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | <sup>(2)</sup> EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

### 3. Desempenho operacional

#### 3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.176,4 GWh, crescimento de 5,2% em relação ao mesmo período de 2019. Esse resultado foi influenciado principalmente pela classe residencial, que apresentou aumento de 7,7% (ou 35,5 GWh), reflexo da combinação de temperaturas elevadas acima da média e baixo índice pluviométrico, somados a efeitos calendário.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>Residencial</b>	<b>495,7</b>	<b>460,2</b>	<b>+ 7,7</b>
<b>Industrial</b>	<b>193,2</b>	<b>198,3</b>	<b>- 2,6</b>
Cativo Industrial	46,8	71,1	- 34,1
Livre Industrial	146,5	127,2	+ 15,2
<b>Comercial</b>	<b>214,7</b>	<b>205,9</b>	<b>+ 4,2</b>
Cativo Comercial	185,4	185,5	- 0,1
Livre Comercial	29,2	20,4	+ 43,3
<b>Rural</b>	<b>85,3</b>	<b>72,4</b>	<b>+ 17,8</b>
Cativo Rural	85,3	72,4	+ 17,8
Livre Rural	0,0	0,0	-
<b>Outros</b>	<b>187,4</b>	<b>181,3</b>	<b>+ 3,3</b>
Cativo Outros	187,4	181,3	+ 3,3
Livre Outros	0,0	0,0	-
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>1.000,6</b>	<b>970,5</b>	<b>+ 3,1</b>
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	175,7	147,6	+ 19,0
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>1.176,4</b>	<b>1.118,1</b>	<b>+ 5,2</b>
4 Fornecimento não faturado	3,0	0,9	+ 220,6
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>1.179,4</b>	<b>1.119,1</b>	<b>+ 5,4</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 1.447.141 unidades consumidoras cativas, número 1,1% superior ao registrado no mesmo período de 2019 (1.430.819), e com 75 consumidores livres.

#### 3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A EPB apresentou um percentual de perdas 0,08 ponto percentual abaixo de dezembro de 2019, e 0,20 ponto percentual acima de março de 2019, e se encontra atualmente acima da meta regulatória em 0,43 ponto percentual. O resultado de março sinaliza uma reversão da tendência de crescimento observado em 2019 e é reflexo do reforço das ações, associado ao trabalho de inteligência que direcionou e intensificou as ações de combate para nicho (consumidores e áreas) com maior impacto nas perdas.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	
9,17	8,85	8,78	3,75	4,35	4,33	12,92	13,19	13,11	12,68

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%)
mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	
477,9	472,1	475,5	195,2	231,9	234,3	673,1	704,0	709,8	+ 0,8

(1) Variação março de 2020/dezembro de 2019. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

### 3.3. Gestão da Inadimplência

#### 3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	mar/20	mar/19	Varição em pontos percentuais
EPB	1,18	0,79	+ 0,39



#### 3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	mar/20	mar/19	Varição em pontos percentuais
EPB	96,94	97,02	- 0,09

### 3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A EPB, dando continuidade às medidas de reversão implantadas desde 2019, apresentou redução de 1,68 horas no DEC e de 0,57 vezes no FEC, alcançando os melhores valores históricos de DEC e FEC no acumulado de 12 meses.

Distribuidoras	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	mar/20	mar/19	Var. (%)	mar/20	mar/19	Var. (%)		
Média móvel 12 meses								
EPB	12,79	14,47	- 11,6	5,03	5,60	- 10,2	15,99 	9,50 

## 4. Desempenho Financeiro

### 4.1. Receita Operacional

No 1T20, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 752,8 milhões, ante R\$ 820,2 milhões registrados no 1T19, redução de 8,2% (R\$ 67,5 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 7,4% (R\$ 39,2 milhões) no trimestre, para R\$ 490,1 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre		
	1T20	1T19	Variação %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>671,7</b>	<b>678,8</b>	<b>- 1,0</b>
✓ Residencial	365,6	356,2	+ 2,6
✓ Industrial	30,3	44,2	- 31,4
✓ Comercial	138,6	144,9	- 4,3
✓ Rural	38,4	33,8	+ 13,5
✓ Outras classes	98,8	99,7	- 0,9
(+) Suprimento de energia elétrica	7,6	85,0	- 91,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	1,6	0,7	+ 149,8
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	28,9	24,1	+ 19,6
(+) Receitas de construção	38,7	28,8	+ 34,2
(+) Constituição e amortização - CVA	(13,8)	(23,0)	- 40,0
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	50,2	46,3	+ 8,3
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	3,6	6,9	- 47,4
(+) Outras receitas	2,9	1,4	+ 111,3
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>791,4</b>	<b>849,0</b>	<b>- 6,8</b>
(-) Impostos sobre vendas	239,3	240,0	- 0,3
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(0,2)	8,3	-
(-) Encargos setoriais	23,6	42,6	- 44,6
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>528,7</b>	<b>558,1</b>	<b>- 5,3</b>
(-) Receitas de construção	38,7	28,8	+ 34,2
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>490,1</b>	<b>529,3</b>	<b>- 7,4</b>

Foram determinantes para esse desempenho:

- i) Redução de 1,0% (R\$ 7,1 milhões) na receita bruta do mercado cativo;
- ii) Redução de 91,1% (R\$ 77,4 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias;
- iii) Aumento de 19,6% (R\$ 4,7 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD); e
- iv) Redução de 47,4% (R\$ 3,3 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão.

## 4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 371,3 milhões no 1T20, redução de 13,6% (R\$ 58,5 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2019. Desse total, as despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram aumento de 1,5% (R\$ 1,0 milhão) totalizando R\$ 68,5 milhões.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>275,7</b>	<b>337,5</b>	<b>- 18,3</b>
1.1 Energia comprada	235,8	306,6	- 23,1
1.2 Transporte de potência elétrica	39,9	30,9	+ 29,3
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>76,6</b>	<b>73,5</b>	<b>+ 4,1</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>68,5</b>	<b>67,5</b>	<b>+ 1,5</b>
2.1.1 Pessoal	24,3	25,3	- 4,0
2.1.2 Fundo de pensão	2,7	4,6	- 41,4
2.1.3 Material	4,9	4,5	+ 8,2
2.1.4 Serviços de terceiros	30,7	28,9	+ 6,3
2.1.5 Outras	6,0	4,2	+ 41,5
▫ Multas e compensações	0,2	0,6	- 69,0
▫ Contingências (liquidação de ações cíveis)	3,2	1,6	+ 100,4
▫ Outros	2,6	2,0	+ 30,1
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>8,1</b>	<b>6,0</b>	<b>+ 35,4</b>
2.2.1 Contingências	(3,3)	(0,2)	+ 1.280,9
2.2.2 Devedores duvidosos	11,4	6,2	+ 83,6
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>19,0</b>	<b>18,8</b>	<b>+ 1,1</b>
3.1 Depreciação e amortização	19,9	18,6	+ 7,1
3.2 Outras receitas/despesas	(0,9)	0,2	-
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>371,3</b>	<b>429,8</b>	<b>- 13,6</b>
Custo de construção	38,7	28,8	+ 34,2
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>410,0</b>	<b>458,6</b>	<b>- 10,6</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 4.3. Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

### 4.3.1. Lucro líquido e geração de caixa

No 1T20, o lucro líquido da Companhia somou R\$ 95,9 milhões, ante R\$ 86,2 milhões registrados no mesmo período de 2019, crescimento de 11,2%. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 150,0 milhões no 1T20, contra R\$ 129,0 milhões apurados no 1T19, aumento de 16,3%.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>95,9</b>	<b>86,2</b>	<b>+ 11,2</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(18,3)	(17,2)	+ 6,4
(-) Resultado financeiro	(4,5)	3,8	-
(-) Depreciação e amortização	(19,9)	(18,6)	+ 7,1
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>138,6</b>	<b>118,2</b>	<b>+ 17,3</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	11,4	10,8	+ 5,1
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>150,0</b>	<b>129,0</b>	<b>+ 16,3</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	28,4	23,1	+ 5,3 p.p.

### 4.3.2. Dividendos

O Conselho de administração da Energisa Paraíba aprovou em reunião no dia 25 de março último a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 29 de fevereiro de 2020, no montante de R\$55.197.662,03. Esses dividendos foram pagos a partir de 26 de março de 2020.

## 5. Estrutura de capital

### 5.1. Caixa e Endividamento

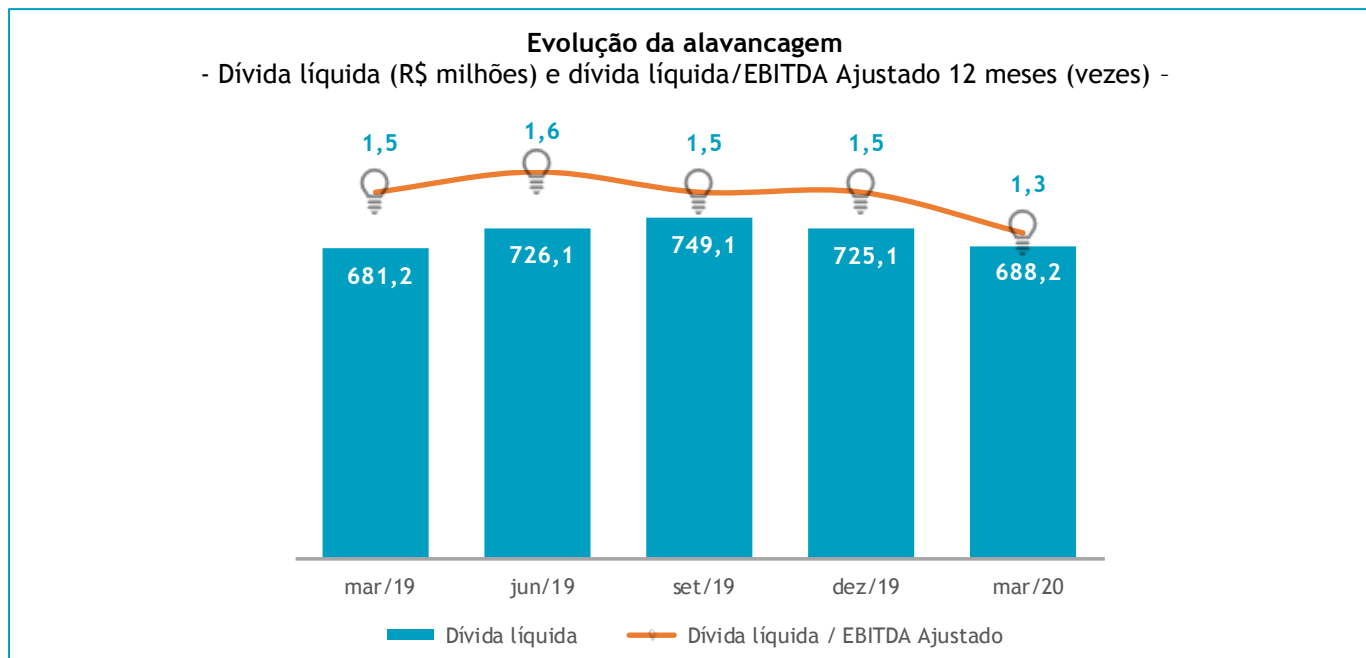
A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 416,5 milhões em março de 2020, frente aos R\$ 233,5 milhões no final de dezembro de 2019. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 51,0 milhões em março de 2020 e R\$ 62,5 milhões em dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 688,2 milhões, contra R\$ 725,1 milhões em dezembro de 2019. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados passou de 1,5 vezes em dezembro de 2019 para 1,3 vezes em março de 2020.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de março de 2020 e 2019:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2019
<b>Circulante</b>	<b>503,1</b>	<b>179,2</b>	<b>248,8</b>
Empréstimos e financiamentos	308,3	131,7	237,5
Debêntures	234,1	55,3	6,4
Encargos de dívidas	2,0	0,7	13,4
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	9,6	9,6	10,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(51,0)	(18,1)	(19,0)
<b>Não Circulante</b>	<b>601,6</b>	<b>779,4</b>	<b>782,6</b>
Empréstimos e financiamentos	12,0	87,9	203,8
Debêntures	479,3	605,2	512,7
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	132,9	132,7	110,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(22,6)	(46,5)	(44,1)
<b>Total das dívidas</b>	<b>1.104,6</b>	<b>958,6</b>	<b>1.031,4</b>
(-) Disponibilidades financeiras	365,4	171,0	264,5
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>739,2</b>	<b>787,6</b>	<b>766,9</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	35,2	33,2	36,1
(-) Créditos CVA	15,9	29,3	49,6
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>688,2</b>	<b>725,1</b>	<b>681,2</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	1,3	1,5	1,5

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.



## 6. Investimentos

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu R\$46,4 milhões no 1T20, ante R\$42,6 milhões no mesmo período do ano anterior.

A composição dos investimentos no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
Ativo Elétrico	42,8	33,0	+ 29,7
Obrigações Especiais	1,1	6,0	- 81,7
Ativo não Elétrico	2,5	3,6	- 30,6
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>46,4</b>	<b>42,6</b>	<b>+ 8,9</b>

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

## 7. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia nos primeiros três meses de 2020 foi de R\$ 226 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
(Em milhares de reais)

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	207.786	61.863
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	157.621	109.136
Consumidores e concessionárias	351.428	346.921
Estoques	8.060	6.323
Tributos a recuperar	88.313	90.172
Instrumentos financeiros derivativos	50.981	19.308
Despesas pagas antecipadamente	3.467	3.622
Ativos financeiros setoriais	84.672	102.427
Outros créditos	64.249	62.828
<b>Total do circulante</b>	<b>1.016.577</b>	<b>802.600</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	-
Consumidores e concessionárias	52.168	51.559
Tributos a recuperar	432.604	413.736
Créditos tributários	66.626	73.347
Cauções e depósitos vinculados	23.384	22.787
Instrumentos financeiros derivativos	22.642	46.499
Ativos financeiros setoriais	22.375	25.972
Ativo financeiro indenizável da concessão	654.618	640.976
Outros créditos	2.415	2.415
	<b>1.276.832</b>	<b>1.277.291</b>
Investimentos	77	78
Imobilizado	10.008	9.768
Intangível	689.842	699.063
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	76.542	53.001
<b>Total do não circulante</b>	<b>2.053.301</b>	<b>2.039.201</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.069.878</b>	<b>2.841.801</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 (Em milhares de reais)

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	135.562	160.728
Encargos de dívidas	1.963	736
Empréstimos e financiamentos	308.347	131.677
Debêntures	234.130	55.327
Dividendos e JCP a Pagar	164.092	-
Impostos e contribuições sociais	85.084	89.640
Encargos setoriais	16.616	16.794
Obrigações estimadas	10.982	10.367
Passivos financeiros setoriais	51.687	63.727
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.178
Contribuição de iluminação pública	14.556	14.459
Benefícios pós emprego	9.621	9.621
Arrendamentos operacionais	2.035	1.776
Outras contas a pagar	25.312	25.721
<b>Total do circulante</b>	<b>1.059.987</b>	<b>581.751</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	8.514	9.862
Empréstimos e financiamentos	11.989	87.924
Debêntures	479.329	605.229
Impostos e contribuições sociais	21.652	21.064
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23.769	26.882
Encargos setoriais	18.265	16.756
Passivos financeiros setoriais	39.501	35.408
Benefícios pós emprego	132.879	132.697
Arrendamentos operacionais	1.964	2.512
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	403.993	385.843
Outros	5.520	5.310
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.147.375</b>	<b>1.329.487</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	571.866	571.866
Reservas de capital	101.819	101.705
Reservas de lucros	192.715	192.715
Dividendos adicionais propostos	-	108.894
Lucros (Prejuízos) Acumulados	40.733	-
Outros resultados abrangentes	(44.617)	(44.617)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>862.516</b>	<b>930.563</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.069.878</b>	<b>2.841.801</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	1T20	1T19
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	673.365	679.454
Suprimento de energia elétrica	7.570	84.960
Disponibilidade do Sistema Elétrico	28.876	24.135
Receita de construção	38.675	28.826
Outras receitas	42.952	31.670
	<b>791.438</b>	<b>849.045</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS faturado	169.588	169.480
PIS, Cofins e ISS	69.733	70.559
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	(173)	8.340
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	23.562	42.566
	<b>262.710</b>	<b>290.945</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>528.728</b>	<b>558.100</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Energia elétrica comprada	235.767	306.560
Encargos de uso do sistema	39.929	30.885
Pessoal	24.253	25.258
Entidade de previdência privada	2.705	4.615
Material	4.862	4.493
Serviços de terceiros	30.690	28.874
Depreciação e amortização	19.897	18.571
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingência	8.104	5.985
Custo de construção	38.675	28.826
Outras despesas	5.971	4.218
Outras Receitas/Despesas operacionais	(850)	167
	<b>410.003</b>	<b>458.452</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>118.725</b>	<b>99.648</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receita de aplicações financeira	1.090	3.920
Variação monetária e acréscimo moratório	11.385	10.835
Outras receitas financeiras	5.086	1.332
Encargos de dívidas - juros	(11.130)	(15.786)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	(47.849)	(3.447)
Marcação mercado de dívidas e derivativos	-	1
(-)Transferência p/lmob curso	80	107
Outras despesas financeiras	36.875	6.865
	<b>(4.463)</b>	<b>3.827</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>114.262</b>	<b>103.475</b>
Contribuição social e imposto de renda	(18.331)	(17.229)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>95.931</b>	<b>86.246</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

**Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às informações trimestrais para o**  
**período findo em 31 de março de 2020**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

### 1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou EPB”), empresa integrante do Grupo Energisa - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.447.216 consumidores (informação fora do escopo dos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

#### Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado de da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 14 de janeiro de 2031. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes aos reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados a concessão, imobilizado e intangível, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13, 14 e 24, respectivamente.

### Efeitos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado o fato que vários casos de contágio e disseminação da doença vem se espalhando por vários países ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão. Ao mesmo tempo, restringiu a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupo de consumidores, vem provocando queda no consumo e na arrecadação da Companhia.

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

#### Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da Covid-19;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho;
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020;

#### Negócios

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos, com a redução na ordem de R\$9.100. Há de se ressaltar que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações;
- Busca pela redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Como resultado das projeções de inadimplência dos mercados onde a Companhia opera, foi efetuado uma provisão para perdas esperadas de aproximadamente R\$3.835;
- Foram contratados novos empréstimos e liquidados outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020;

- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras trimestrais;
- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento das contribuições do Pis, Cofins e da Previdência das competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE.

A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

## 2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

### 2.1. . Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 17 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2020.

### 2.2. . Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

## 3. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras intermediárias.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

##### 4.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2020 equivale a 100,4% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2019).

	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários à vista	25.563	44.312
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>	<b>182.223</b>	<b>17.551</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	149.283	-
Compromissada	32.940	17.551
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>207.786</b>	<b>61.863</b>

##### 4.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2020 equivale a 61,3% do CDI (107,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>157.621</b>	<b>109.136</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.704	1.557
Fundo de Investimento <sup>(1)</sup>	604	612
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(2)</sup></b>	<b>146.738</b>	<b>98.677</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.412	1.362
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	234	153
Compromissadas	8.186	6.719
Títulos públicos	42.586	31.658
Fundo de Renda Fixa	20.528	11.548
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	56.733	43.149
Letra Financeira (LF)	-	20
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1.962	1.228
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	14.097	2.840
<b>Fundos de Investimentos em direitos creditórios-FIDC <sup>(3)</sup></b>	<b>8.575</b>	<b>8.145</b>
Outros instrumentos	-	145
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(4)</sup></b>	<b>157.621</b>	<b>109.136</b>
Circulante	157.621	109.136

(1) Fundos de Investimentos - são classificados como renda fixa e são remunerados de -111,9% a 31,2% e média ponderada 69,0% (50,6% a 102,8% e média ponderada 69,0% em 31 de dezembro de 2019) do CDI.

Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Títulos públicos, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTNB, são remuneradas de -10,3% do CDI Fundo Cataguases; 104,1% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 15,1% (115,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Zona da Mata.

(2) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020.

(3) Inclui R\$10.896 (R\$10.473 em 31 de dezembro de 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

	31/03/2020	31/12/2019
Depósito judicial credores	1.690	1.691
Fundos de Investimentos em direitos creditórios - FIDC	8.575	8.145
Outros	631	637
<b>Total</b>	<b>10.896</b>	<b>10.473</b>

## 5. Consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	SalDOS a vencer		SalDOS vencidos				PPECLD <sup>(2)</sup>	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2020	31/12/2019
<b>Valores correntes:</b>									
Residencial	45.268	-	65.629	6.773	2.462	264	(11.622)	108.774	97.604
Industrial	15.865	-	5.955	190	719	6.098	(6.340)	22.487	22.500
Comercial	30.508	-	14.578	855	1.619	2.384	(4.642)	45.302	45.197
Rural	5.583	-	6.795	1.527	472	233	(675)	13.935	15.512
Poder público	16.006	-	1.693	118	28	19	(219)	17.645	18.447
Iluminação pública	9.014	-	1.628	271	2.309	1.013	(1.074)	13.161	14.326
Serviço público	7.310	-	92	33	71	45	(173)	7.378	8.460
Fornecimento não faturado	84.757	-	-	-	-	-	-	84.757	83.111
Arrecadação Processo Classificação	1.353	-	-	-	-	-	-	1.353	1.978
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	4.872	16.757	3.543	1.142	774	9.063	(15.689)	20.462	21.960
Industrial	883	3.525	399	128	342	5.389	(6.258)	4.408	4.612
Comercial	1.681	6.147	1.000	303	413	3.843	(5.749)	7.638	8.500
Rural	796	2.378	544	156	74	1.256	(2.135)	3.069	3.284
Poder público	1.854	26.958	605	29	45	915	(1.183)	29.223	34.898
Iluminação pública	853	10.793	66	110	18	14	(143)	11.711	9.814
Serviço público	142	1.297	25	-	-	113	(113)	1.464	1.514
(-) Ajuste a valor presente <sup>(1)</sup>	(84)	(6.541)	-	-	-	-	-	(6.625)	(7.707)
<b>Subtotal - clientes</b>	<b>226.661</b>	<b>61.314</b>	<b>102.552</b>	<b>11.635</b>	<b>9.346</b>	<b>30.649</b>	<b>(56.015)</b>	<b>386.142</b>	<b>384.010</b>
Suprimento de Energia a concessionária - Moeda Nacional <sup>(3)</sup>	2.817	-	-	-	-	-	-	2.817	1.042
Outros <sup>(4)</sup>	-	-	3.462	279	-	11.315	(419)	14.637	13.428
<b>Total</b>	<b>229.478</b>	<b>61.314</b>	<b>106.014</b>	<b>11.914</b>	<b>9.346</b>	<b>41.964</b>	<b>(56.434)</b>	<b>403.596</b>	<b>398.480</b>
Circulante								351.428	346.921
Não Circulante								52.168	51.559

(1) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de março de 2020 a taxa CDI 3,96% (4,60% em 31 de dezembro de 2019).

(2) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que neste momento estão agravadas pelo cenário da pandemia do Covid-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia após 01/07/2020 já que o prazo para o desligamento da energia elétrica por não pagamento se encerra em 30/06/2020. Outro fator atenuante são as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores como já anteriormente exposto. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Segue movimentação das provisões:

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Saldo inicial - circulante - 31/12/2019 e 31/12/2018</b>	<b>51.008</b>	<b>45.084</b>
Provisões constituídas no período/exercício	11.431	27.083
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(5.997)	(21.159)
<b>Saldo final - circulante - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>56.442</b>	<b>51.008</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	56.434	51.000
Outros créditos	8	8

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	31/03/2020	31/12/2019
Créditos a vencer	2.817	1.042
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>2.817</b>	<b>1.042</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(22.458)	(40.891)
(-) Encargos de serviços do sistema	(371)	(348)
<b>Total débitos CCEE</b>	<b>(20.012)</b>	<b>(40.197)</b>

(4) A Companhia possui R\$13.554 (R\$13.170 em 31 de dezembro de 2019) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o mesmo valor é contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

## 6. Tributos a recuperar

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	30.616	29.877
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	60.600	60.305
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	15.248	14.974
Contribuição do PIS e COFINS	6.050	8.661
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins <sup>(1)</sup>	408.205	389.900
Outros	198	191
<b>Total</b>	<b>520.917</b>	<b>503.908</b>
Circulante	88.313	90.172
Não circulante	432.604	413.736

(1) A Companhia constituiu no exercício de 2019 créditos de PIS e de COFINS a recuperar no montante de R\$389.900, referente a redução do ICMS na base de cálculo das contribuições após ação transitada em julgado, baseado na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, totalizando no período R\$408.205. A Companhia estabelecerá procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo finalize suas apurações (vide nota explicativa nº 20).

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 7. Reajuste, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios

### 7.1. Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.596, de 20 de agosto de 2019, e Nota Técnica nº 151/2019-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 28 de agosto de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 4,27%.

## 7.2. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.291 de 22 de agosto de 2017, e Nota Técnica nº 248/2017-SGT/ANEEL, aprovou o resultado da quarta revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2017, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 14,55%.

## 7.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

**Patamar 1:** com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

**Patamar 2:** com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

No primeiro trimestre de 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2020	31/03/2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

#### 7.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

O Grupo Energisa envidou seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%).

Os valores envolvidos de perdas da Companhia montam em R\$5.785 (R\$5.785 em 31 de dezembro de 2019) que deverão ser compensados.

#### 8. Ativos e passivos financeiros setoriais

---

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldo 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	65.837	1.506	(18.552)	539	-	49.330	30.121	19.209	41.533	7.797
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.265	-	(863)	-	-	1.402	1.402	-	1.402	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	11.674	2.364	(1.398)	82	-	12.722	2.272	10.450	8.480	4.242
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.165	931	(825)	4	(256)	2.019	1.340	679	1.743	276
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	652	-	-	-	(652)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	7.811	10.073	-	32	-	17.916	-	17.916	8.650	9.266
Exposição de submercados (v)	36.386	(30)	(13.251)	16	-	23.121	21.516	1.605	22.469	652
Garantias Financeiras	521	127	(115)	4	-	537	187	350	395	142
Saldo a Compensar	1.088	-	-	-	(1.088)	-	-	-	-	-
<b>Total Ativo</b>	<b>128.399</b>	<b>14.971</b>	<b>(35.004)</b>	<b>677</b>	<b>(1.996)</b>	<b>107.047</b>	<b>56.838</b>	<b>50.209</b>	<b>84.672</b>	<b>22.375</b>

Passivo Financeiro Setorial	Saldo 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	43.179	9.132	(11.983)	114	-	40.442	19.457	20.985	31.924	8.518
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	1.478	-	12	-	1.490	-	1.490	885	605
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.117	(1.863)	-	2	(256)	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	5.814	2.381	(2.214)	6	(652)	5.335	3.598	1.737	4.630	705
Sobrecontratação de energia (ii)	18.902	-	(7.205)	-	-	11.697	11.697	-	11.697	-
CUUSD	174	19	(46)	1	-	148	75	73	118	30
Saldo a Compensar (vi)	2.665	2.404	(1.016)	3	(1.088)	2.968	1.649	1.319	2.433	535
Devoluções Tarifárias (vii)	26.284	2.724	-	100	-	29.108	-	29.108	-	29.108
<b>Total Passivo</b>	<b>99.135</b>	<b>16.275</b>	<b>(22.464)</b>	<b>238</b>	<b>(1.996)</b>	<b>91.188</b>	<b>36.476</b>	<b>54.712</b>	<b>51.687</b>	<b>39.501</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>29.264</b>	<b>(1.304)</b>	<b>(12.540)</b>	<b>439</b>	<b>-</b>	<b>15.859</b>	<b>20.362</b>	<b>(4.503)</b>	<b>32.985</b>	<b>(17.126)</b>

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. Inclui-se R\$51 referente à devolução do saldo remanescente da conta ACR, sendo que este será devolvido no próximo reajuste tarifário ao consumidor final.

(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.

## (iv) Neutralidade da Parcela A

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

## (v) Exposição de submercados

Representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados.

## (vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

## (vii) Devoluções Tarifárias

Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de novembro/2017, são apropriados em passivos setoriais, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRTP).

## 9. Outros créditos

	31/03/2020	31/12/2019
Subvenção Baixa Renda <sup>(1)</sup>	16.616	16.135
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	11.349	11.946
Ordens de serviço em curso - outros	59	57
Subvenção CDE -Desconto Tarifário <sup>(2)</sup>	18.566	17.087
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	6.638	6.893
Depósito para reinvestimento - Incentivos Fiscais	4.577	4.577
Adiantamentos	1.471	982
Outros <sup>(3)</sup>	7.388	7.566
<b>Total</b>	<b>66.664</b>	<b>65.243</b>
Circulante	64.249	62.828
Não circulante	2.415	2.415

(1) Subvenção Baixa Renda - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se às provisões de fevereiro e março de 2020, o qual a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Saldo inicial - circulante - 31/12/2019 e 31/03/2018</b>	<b>16.135</b>	<b>10.451</b>
Subvenção baixa renda	25.137	95.452
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(24.656)	(89.768)
<b>Saldo final - circulante - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>16.616</b>	<b>16.135</b>

(2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Saldo inicial - circulante - 31/12/2019 e 31/12/2018</b>	<b>17.087</b>	<b>26.176</b>
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	25.038	89.625
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(23.559)	(98.714)
<b>Saldo final - circulante - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>18.566</b>	<b>17.087</b>

Outros - Inclui R\$8 (R\$8 em 31 de dezembro de 2019) de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, R\$2.474 (R\$2.810 em 31 de dezembro de 2019) referente a compartilhamento, conforme contrato aprovado pela ANEEL, R\$1.064 (R\$1.064 em 31 de dezembro de 2019) de ressarcimento a geradores e R\$1.288 (R\$1.288 em 31 de dezembro de 2019) de energia livre - geradores.

(3)

## 10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), atual denominação social da Centrais Elétricas de Rondônia S/A, Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC), atual denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre S/A, Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício S/A, Parque Eólico Sobradinho Ltda, Energisa Comercializadora de Energia Ltda, além das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A, Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), que conferiram à Energisa S/A o controle indireto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Tocantins Transmissora de Energia e da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE), QMRA Participações S/A e Alsol Energias Renováveis S/A (Alsol) que conferiu controle indireto na Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (“Laralsol”).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo) <sup>(4)</sup>	Comissão aval e debêntures - outras despesas financeiras <sup>(5)</sup>	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar aval e debêntures - outras contas a pagar <sup>(5)</sup>
Energisa S/A (1)	8.422	-	4.945	4.390	198.876
Multi Energisa Serviços S/A (2)	1.100	-	-	738	-
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	-	2.067	-	-	-
Energisa Soluções S/A (3)	569	-	-	205	-
<b>31/03/2020</b>	<b>10.091</b>	<b>2.067</b>	<b>4.945</b>	<b>5.333</b>	<b>198.876</b>
<b>31/12/2019</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.538</b>	<b>195.649</b>
<b>31/03/2019</b>	<b>9.488</b>	<b>2.083</b>	<b>5.609</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) **Energisa S/A** - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela Aneel e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que devesse conter anuência da ANEEL.

(2) **Muti Energisa Serviços S/A** - refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

(3) **Energisa Soluções S/A** - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

(4) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(5) A Companhia efetuou a 2ª e 3ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 17. Em 31 de março de 2020 o valor atualizado é de R\$198.586 (R\$195.572 em 31 de dezembro de 2019).

Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de março de 2020 monta em R\$290 (R\$77 em 31 de dezembro de 2019).

## Remuneração dos Administradores

	31/03/2020	31/03/2019
Remuneração Anual (a)	6.290	6.571
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	152	146
Remuneração da Diretoria	431	398
Outros Benefícios (b)	281	261

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2019 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2019. Em AGO/E de 29 de abril de 2020 foi aprovado o novo limite global de remuneração de R\$6.290.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março, foram de R\$42 e R\$2 (R\$41 e R\$2 em 31 de março de 2019), respectivamente. A remuneração média no período de 2020 foi de R\$20 (R\$14 em 31 de março de 2019).

## Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 23.245 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 21.528 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2020.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

## Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas <sup>(a)</sup>	23.245	21.528
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco <sup>(b)</sup>	8,2%	7,7%
Volatilidade <sup>(c)</sup>	25,61%	23,98%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo em 31 de março de 2020, foram reconhecidos R\$114 (R\$34 em 31 de março de 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período, na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de março de 2020 acumula R\$628 (R\$514 em 31 de dezembro de 2019).

## 11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo - Diferenças temporárias</b>		
Imposto de renda	101.536	103.025
Contribuição social s/o lucro	36.553	37.089
<b>Total - não circulante</b>	<b>138.089</b>	<b>140.114</b>
<b>Passivo - Diferenças Temporárias</b>		
Imposto de renda	52.546	49.093
Contribuição social	18.917	17.674
<b>Total - não circulante</b>	<b>71.463</b>	<b>66.767</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>66.626</b>	<b>73.347</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
<b>Ativo</b>				
Créditos fiscais - ágio <sup>(1)</sup>	118.354	40.240	121.148	41.190
Provisão ajuste atuarial	142.500	48.450	142.318	48.388
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	23.769	8.081	26.882	9.140
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	56.442	19.190	51.008	17.343
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	43.597	14.823	40.240	13.682
Ajuste a valor presente	6.625	2.253	7.707	2.620
Marcação a mercado da dívida	14.858	5.052	22.797	7.751
Outras exclusões temporárias	(3.444)	(1.171)	(2.263)	(769)
Marcação a mercado - derivativo	(73.623)	(25.032)	(64.629)	(21.974)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(133.119)	(45.260)	(129.481)	(44.024)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>195.959</b>	<b>66.626</b>	<b>215.727</b>	<b>73.347</b>

(1) Benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2020	8.489
2021	12.116
2022	11.179
2023	12.263
2024	13.941
2025 a 2026	29.769
2027 a 2028	50.332
<b>Total</b>	<b>138.089</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2020	31/03/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	114.262	103.475
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(38.849)	(35.182)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais - SUDENE (*)	19.273	17.412
Incentivos fiscais e outros itens permanentes	1.245	541
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(18.331)</b>	<b>(17.229)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16,04%</b>	<b>16,65%</b>

(\*) Em dezembro de 2012, a Companhia obteve aprovação do Ministério da Integração Social do novo pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021, através do Laudo Constitutivo N° 197/2012, bem como, o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal através do Despacho Decisório n° 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e Ato Declaratório N° 11 DRF/JPA de 09 de outubro de 2017, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE apurados no período até 31 de março de 2020, foram registrados diretamente na demonstração de resultado na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei n° 11.638/07 e Medida Provisória n° 449/08.

Em 2018, a Companhia, amparada pela legislação vigente, formalizou o pedido de prorrogação do benefício fiscal, através da condição atendida de Modernização Total, a fim de ampliá-lo pelo período de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Neste sentido, a Companhia possui processo que se encontra no aguardo de aprovação da Diretoria Colegiada da SUDENE para emissão do Laudo Constitutivo.

Com a publicação da Lei n° 13.799/2019, estendeu-se o prazo para solicitação e aprovação do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos da Companhia tenham os benefícios garantidos por parte da SUDENE até o ano calendário de 2029, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em mais 8 anos.

## 12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$3.637 (R\$24.296 em 31 de dezembro de 2019).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo financeiro valor justo - 31/12/2019 e 31/12/2018</b>	<b>640.976</b>	<b>548.227</b>
Adições no período <sup>(1)</sup>	10.150	69.134
Baixas no período	(145)	(681)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	3.637	24.296
<b>Ativo financeiro valor justo - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>654.618</b>	<b>640.976</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

## 13. Imobilizado e Intangível

	31/03/2020	31/12/2019
Imobilizado	10.008	9.768
Intangível - Contrato de concessão <sup>(1)</sup>	689.842	699.063
<b>Total</b>	<b>699.850</b>	<b>708.831</b>

(1) Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas durante o prazo da concessão, exceto quanto ao montante de R\$3.842 (R\$4.150 em 31 de dezembro de 2019) de direito de uso - imóveis.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2019	Adição	Transfe-rências(1)	Baixas (2)	Amortização/ Depreciação (3)	Saldo 31/03/2020
<b>Intangível Em Serviço</b>							
Custo	4,31%	1.649.399	-	11.104	(1.297)	-	1.659.206
Amortização Acumulada		(835.631)	-	-	917	(21.993)	(856.707)
<b>Subtotal</b>		<b>813.768</b>	<b>-</b>	<b>11.104</b>	<b>(380)</b>	<b>(21.993)</b>	<b>802.499</b>
<b>Direito de Uso - Imóveis (4)</b>							
Custo		5.591	5	-	-	-	5.596
Amortização Acumulada		(1.441)	-	-	-	(313)	(1.754)
<b>Subtotal</b>		<b>4.150</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(313)</b>	<b>3.842</b>
<b>Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo	3,90%	207.292	-	343	-	-	207.635
Amortização Acumulada		(88.437)	-	-	-	(2.699)	(91.136)
<b>Subtotal</b>		<b>118.855</b>	<b>-</b>	<b>343</b>	<b>-</b>	<b>(2.699)</b>	<b>116.499</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>699.063</b>	<b>5</b>	<b>10.761</b>	<b>(380)</b>	<b>(19.607)</b>	<b>689.842</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
<b>Custo</b>							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	327	-	-	-	-	327
Máquinas e Equipamentos	16,06%	24.323	-	264	-	-	24.587
Veículos	14,29%	64	-	-	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	13.617	-	62	-	-	13.679
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>38.331</b>	<b>-</b>	<b>326</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.657</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(157)	-	-	-	(3)	(160)
Máquinas e Equipamentos		(18.240)	-	-	-	(417)	(18.657)
Veículos		(64)	-	-	-	-	(64)
Móveis e utensílios		(10.287)	-	-	-	(122)	(10.409)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(28.748)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(542)</b>	<b>(29.290)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>9.583</b>	<b>-</b>	<b>326</b>	<b>-</b>	<b>(542)</b>	<b>9.367</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>185</b>	<b>782</b>	<b>(326)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>641</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>9.768</b>	<b>782</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(542)</b>	<b>10.008</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>		<b>708.831</b>	<b>787</b>	<b>10.761</b>	<b>(380)</b>	<b>(20.149)</b>	<b>699.850</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) As baixas no montante de R\$380 referem-se às baixas realizadas no período, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia registrou no período, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$252 (R\$876 em 31 de dezembro de 2019).

(4) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização o/ Depreciação (3)	Saldo 31/12/2019
<b>Intangível Em Serviço</b>								
Custo	4,30%	1.570.342	-	-	88.093	(9.036)	-	1.649.399
Amortização Acumulada		(759.016)	-	-	(3)	7.282	(83.894)	(835.631)
<b>Subtotal</b>		<b>811.326</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>88.090</b>	<b>(1.754)</b>	<b>(83.894)</b>	<b>813.768</b>
<b>Direito de Uso - Imóveis (4)</b>								
Custo		-	4.844	747	-	-	-	5.591
Amortização Acumulada		-	-	-	-	-	(1.441)	(1.441)
<b>Subtotal</b>		<b>-</b>	<b>4.844</b>	<b>747</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.441)</b>	<b>4.150</b>
<b>Obrigações vinculadas à concessão</b>								
<b>Em Serviço</b>								
Custo	3,87%	201.907	-	-	5.385	-	-	207.292
Amortização Acumulada		(77.826)	-	-	(3)	-	(10.608)	(88.437)
<b>Subtotal</b>		<b>124.081</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.382</b>	<b>-</b>	<b>(10.608)</b>	<b>118.855</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>687.245</b>	<b>4.844</b>	<b>747</b>	<b>82.708</b>	<b>(1.754)</b>	<b>(74.727)</b>	<b>699.063</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>								
Custo								
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	327	-	-	-	-	-	327
Máquinas e Equipamentos	16,12%	22.027	-	-	2.296	-	-	24.323
Veículos	14,29%	64	-	-	-	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	13.074	-	-	543	-	-	13.617
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>35.492</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.839</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.331</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(146)	-	-	-	-	(11)	(157)
Máquinas e Equipamentos		(16.283)	-	-	-	-	(1.957)	(18.240)
Veículos		(64)	-	-	-	-	-	(64)
Móveis e utensílios		(9.809)	-	-	-	-	(478)	(10.287)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(26.302)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.446)</b>	<b>(28.748)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>9.190</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.839</b>	<b>-</b>	<b>(2.446)</b>	<b>9.583</b>
Imobilizado em curso		-	-	3.024	(2.839)	-	-	185
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>9.190</b>	<b>-</b>	<b>3.024</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.446)</b>	<b>9.768</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>		<b>696.435</b>	<b>4.844</b>	<b>3.771</b>	<b>82.708</b>	<b>(1.754)</b>	<b>(77.173)</b>	<b>708.831</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) As baixas no montante de R\$1.754 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$876 (R\$710 em 31 de dezembro de 2018).

(4) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa da ANEEL nº 691 de 08 de dezembro de 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,31% (4,30% em 2019).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

	31/03/2020	31/12/2019
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	65.306	145.462
Participação da União - recursos CDE <sup>(2)</sup>	207.260	125.966
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	11.938	11.938
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	20.628	20.628
(-) Amortização acumulada	(91.136)	(88.437)
<b>Total</b>	<b>213.996</b>	<b>215.557</b>
<b>Alocação:</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão	69.695	69.248
Infraestrutura - Intangível em serviço	116.499	118.855
Ativo contratual - infraestrutura em construção	27.802	27.454
<b>Total</b>	<b>213.996</b>	<b>215.557</b>

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

#### 14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldo 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo 31/03/2020
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	80.455	45.590	(11.104)	(10.597)	104.344
<b>Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	27.454	1.138	(343)	(447)	27.802
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>53.001</b>	<b>44.452</b>	<b>(10.761)</b>	<b>(10.150)</b>	<b>76.542</b>

	Saldo 31/12/2018	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo 31/12/2019
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	54.644	189.487	(88.093)	(75.583)	80.455
<b>Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	25.477	13.811	(5.385)	(6.449)	27.454
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>29.167</b>	<b>175.676</b>	<b>(82.708)</b>	<b>(69.134)</b>	<b>53.001</b>

- (1) O montante de R\$10.761 (R\$82.708 em 31 de dezembro de 2019), foi transferido para o Intangível.
- (2) As baixas no montante de R\$10.150 (R\$69.134 em 31 de dezembro de 2019) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

## 15. Fornecedores

	31/03/2020	31/12/2019
CCEE <sup>(1)</sup>	22.458	40.891
Contratos Bilaterais	78.753	84.283
Encargos do serviço do sistema	371	348
Conexão à rede <sup>(2)</sup>	1.008	1.008
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	932	871
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	12.484	11.682
Materiais, serviços e outros <sup>(2)</sup>	28.070	31.507
<b>Total</b>	<b>144.076</b>	<b>170.590</b>
Circulante	135.562	160.728
Não Circulante	8.514	9.862

(1) No primeiro trimestre de 2020 a conta CCEE sofreu uma grande redução em consequência das condições hidrológicas mais favoráveis do Sistema Interligado Nacional (SIN), aliadas à um PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) mais baixo. Em novembro e dezembro de 2019 a geração das usinas hidrelétricas foi abaixo da média e as distribuidoras foram obrigadas a assumir um custo maior em decorrência do Risco hidrológico associado a um PLD elevado. Está previsto na Lei nº 12.783/2013, que as despesas relacionadas ao Risco hidrológico são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(2) Referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
Pré Fixado	15.125	-	(1.398)	(150)	148	-	-	13.725
CDI	23.564	152.000	(5.304)	(267)	478	-	-	170.471
<b>Gastos com captação</b>	(97)	-	-	-	79	(661)	-	(679)
Outros	3.492	-	(87)	(104)	104	-	-	3.405
<b>Total do custo</b>	<b>42.084</b>	<b>152.000</b>	<b>(6.789)</b>	<b>(521)</b>	<b>809</b>	<b>(661)</b>	<b>-</b>	<b>186.922</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	178.045	-	(89.926)	(1.087)	47.058	-	-	134.090
Marcação a mercado	208	-	-	-	-	-	1.079	1.287
<b>Total ao valor justo</b>	<b>178.253</b>	<b>-</b>	<b>(89.926)</b>	<b>(1.087)</b>	<b>47.058</b>	<b>-</b>	<b>1.079</b>	<b>135.377</b>
<b>Total</b>	<b>220.337</b>	<b>152.000</b>	<b>(96.715)</b>	<b>(1.608)</b>	<b>47.867</b>	<b>(661)</b>	<b>1.079</b>	<b>322.299</b>
Circulante	132.413							310.310
Não Circulante	87.924							11.989

	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
Pré Fixado	20.163	-	(5.030)	(742)	734	-	-	15.125
CDI	111.957	-	(78.725)	(13.201)	3.533	-	-	23.564
Gastos com captação	(240)	-	-	-	143	-	-	(97)
Outros	3.843	-	(349)	(331)	329	-	-	3.492
<b>Total do custo</b>	<b>135.723</b>	<b>-</b>	<b>(84.104)</b>	<b>(14.274)</b>	<b>4.739</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.084</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	347.173	-	(182.705)	(13.254)	26.831	-	-	178.045
Marcação a mercado	968	-	-	-	-	-	(760)	208
<b>Total ao valor justo</b>	<b>348.141</b>	<b>-</b>	<b>(182.705)</b>	<b>(13.254)</b>	<b>26.831</b>	<b>-</b>	<b>(760)</b>	<b>178.253</b>
<b>Total</b>	<b>483.864</b>	<b>-</b>	<b>(266.809)</b>	<b>(27.528)</b>	<b>31.570</b>	<b>-</b>	<b>(760)</b>	<b>220.337</b>
Circulante	271.774							132.413
Não Circulante	212.090							87.924

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	31/03/2020	31/12/2019					
FIDC Grupo Energisa III	18.231	23.564	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	1,18%	R
FINAME - Itaú	13.725	15.125	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	0,62% a 2,11%	A
Parcelamento FUNASA	3.405	3.492	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	1,98%	-
CCB Bradesco 24032020 (1)	132.215	-	CDI + 4,8005	mar/21	Final	2,19%	A
CCB Itaú 25032020	20.025	-	CDI + 4,10	mar/21	Final	2,02%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(679)	(97)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>186.922</b>	<b>42.084</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1 e 3)	134.090	102.803	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	29,92%	A
Resolução 4131 -Citibank (1, 3 e 5)	-	75.242	Libor + 0,73%% a.a.	jan/21	Final	30,85 %	Libor + 0,73%% a.a. A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.287	208	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>135.377</b>	<b>178.253</b>					
<b>Total</b>	<b>322.299</b>	<b>220.337</b>					

(\*) A = Aval Energisa S.A. e R=Recebíveis.

- (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28);
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº28);
- (3) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo.

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas;

- (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (5) Em 16 de março de 2020 a Companhia efetuou a liquidação dos contratos no valor de R\$90.378.

#### Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$8.575 (R\$8.145 em 31 de dezembro de 2019), registrado na rubrica, “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

Os financiamentos obtidos junto ao Fime são garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2020	31/12/2019
US\$ x R\$	28,98%	4,02%
TJLP	1,25%	6,17%
SELIC	1,01%	5,96%
CDI	1,01%	5,96%
IPCA	0,53%	4,31%
LIBOR	1,69%	2,33%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	3.332
2022	4.073
2023	2.189
2024	649
Após 2024	1.746
<b>Total</b>	<b>11.989</b>

## 17. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>							
CDI	448.295	60.000	(5.514)	5.441	-	-	508.222
IPCA	193.911	-	(3.532)	5.315	-	-	195.694
Gastos com captação	(4.239)	-	-	356	(145)	-	(4.028)
Marcação a mercado	22.589	-	-	-	-	(9.018)	13.571
<b>Total do custo</b>	<b>660.556</b>	<b>60.000</b>	<b>(9.046)</b>	<b>11.112</b>	<b>(145)</b>	<b>(9.018)</b>	<b>713.459</b>
Circulante	55.327						234.130
Não circulante	605.229						479.329

	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>							
CDI	328.979	120.000	(27.364)	26.680	-	-	448.295
IPCA	186.383	-	(8.853)	16.381	-	-	193.911
<b>Gastos com captação</b>	<b>(5.182)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.389</b>	<b>(446)</b>	<b>-</b>	<b>(4.239)</b>
Marcação a mercado	11.293	-	-	-	-	11.296	22.589
<b>Total do custo</b>	<b>521.473</b>	<b>120.000</b>	<b>(36.217)</b>	<b>44.450</b>	<b>(446)</b>	<b>11.296</b>	<b>660.556</b>
Circulante	7.823						55.327
Não circulante	513.650						605.229

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	31/03/2020	31/12/2019						
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	17.542	17.055	15/06/2017	15.173 / 15.173	IPCA + 5,60% a.a	jun/22	Final	1,90%
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	15.752	15.312	15/06/2017	13.618 / 13.618	IPCA + 5,6601%a.a	jun/24	Final	1,92%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	13.041	12.711	15/10/2017	11.635 / 11.635	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	1,63%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	2.434	2.371	15/10/2017	2.169 / 2.169	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	1,69%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	4.535	4.414	15/10/2017	4.035 / 4.035	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	1,78%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	145.282	143.709	15/10/2017	142.161 / 142.161	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,09%
Debêntures 4ª Emissão	181.025	184.243	15/02/2018	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	1,26%
Debêntures 5ª Emissão	142.390	142.048	15/09/2018	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 6ª Emissão 1º Série	73.068	72.204	10/06/2019	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	1,19%
Debentures 6ª Emissão 2º Série	48.725	48.139	10/06/2019	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	1,22%
Debentures 7ª Emissão	60.122	-	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	1,25%
Custo de captação incorrido na contratação	(4.028)	(4.239)						
Marcação à Mercado de Dívida	13.571	22.589						
<b>Total</b>	<b>713.459</b>	<b>660.556</b>						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou a 7ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R\$60.000, com vencimento em 15 de fevereiro de 2020 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano. Os recursos serão utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A.

### Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essa garantia é estruturada a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 28). Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

## Vencimentos

Em 31 de março de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	46.724
2022	77.839
2023	110.200
2024	141.370
Após 2024	103.196
<b>Total</b>	<b>479.329</b>

## 18. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldo em 31/03/2020
Arrendamentos operacionais - Imóveis	4	8,89%	4.288	5	(313)	19	3.999
<b>Total</b>			<b>4.288</b>				<b>3.999</b>
Circulante			1.776				2.035
Não circulante			2.512				1.964

Em 31 de março de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	930
2022	478
2023	273
2024	226
Após 2024	57
<b>Total</b>	<b>1.964</b>

## 19. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	69.512	71.384
Encargos sociais	3.137	3.441
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.784	2.781
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.306	3.589
Contribuições ao PIS e a COFINS	20.261	21.906
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	590	1.046
Pis e Cofins - Sobre atualização efeitos da redução do ICMS	4.098	3.944
Outros	2.048	2.613
<b>Total</b>	<b>106.736</b>	<b>110.704</b>
Circulante	85.084	89.640
Não circulante	21.652	21.064

(\*) Em 31 de março de 2020, inclui R\$13.554 (R\$13.170 em 31 de dezembro de 2019) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 5).

## 20. Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em maio de 2019 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$408.205 e passivo de R\$403.993, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos.

O resumo dos impactos são como segue:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	408.205	-	389.900	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	403.993	-	385.843
<b>Total do ativo e passivo não circulante</b>	<b>408.205</b>	<b>403.993</b>	<b>389.900</b>	<b>385.843</b>
	31/03/2020		31/03/2019	
<b>Demonstração do resultado do período</b>				
<b>Receita operacional bruta</b>				
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos		(14.985)		-
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar		14.985		-
<b>Resultado financeiro</b>				
<b>Outras Receitas financeiras</b>				
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS		3.165		-
<b>Outras Despesas financeiras</b>				
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins		(3.165)		-
<b>Resultado apurado</b>		-		-

(\*) Deduzidos de R\$4.212 (R\$4.057 em 31 de dezembro de 2019), referente aos custos com advogados e tributos.

## 21. Encargos setoriais

	31/03/2020	31/12/2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	626	672
Ministério de Minas e Energia - MME	313	336
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	4.328	3.840
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D <sup>(1)</sup>	13.043	12.005
Programa de Eficiência Energética - PEE <sup>(1)</sup>	16.571	16.697
<b>Total</b>	<b>34.881</b>	<b>33.550</b>
Circulante	16.616	16.794
Não circulante	18.265	16.756

<sup>(1)</sup> Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida obrigações especiais.

## 22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal.

### Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2020	31/12/2019
<b>Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2019 e 31/12/2018</b>	<b>3.478</b>	<b>23.307</b>	<b>97</b>	<b>26.882</b>	<b>27.478</b>
Constituições de Provisões	3	979	-	982	11.540
Reversões de provisões	(831)	(246)	(1)	(1.078)	(6.040)
Pagamentos realizados	(62)	(3.169)	-	(3.231)	(6.837)
Atualização monetária	30	183	1	214	741
<b>Saldos finais - não circulante - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>2.618</b>	<b>21.054</b>	<b>97</b>	<b>23.769</b>	<b>26.882</b>
Cauções e depósitos vinculados (*)				(6.818)	(6.739)

(\*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$23.384 (R\$22.787 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, R\$16.566 (R\$16.048 em 31 de dezembro de 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser possível ou remoto.

### Trabalhistas:

A maioria das ações tem por objeto (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos morais, jornada de trabalho, diferença salarial), (ii) indenização (danos morais e materiais) e (iii) responsabilidade subsidiária (13º salário, verbas rescisórias e contratuais).

**Cíveis:**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores (cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, entre outros).

**Fiscais:**

A maioria das ações tem por objeto discussões relacionadas a tributos IPTU.

Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

**Perdas possíveis**

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	12.629	156.242	88.253	1.619	258.743	724.011
Novos processos	653	34.867	800	-	36.320	55.853
Mudança de prognósticos e valor pedido	-	(27.448)	27.552	-	104	(189.585)
Encerramento	(54)	(4.458)	-	-	(4.512)	(360.198)
Atualização monetária	115	1.396	777	17	2.305	28.662
<b>Saldo final - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>13.343</b>	<b>160.599</b>	<b>117.382</b>	<b>1.636</b>	<b>292.960</b>	<b>258.743</b>

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

**Trabalhistas:**

Ações judiciais de natureza trabalhistas na condição de réu referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias.

**Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza do valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia.

**Principais processos:**

Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$55.376 (R\$54.881 em 31 de dezembro de 2019), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

**Fiscais**

Ações de natureza tributária referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos; (ii) reflexo tributário das perdas não técnicas; e (iii) exigência do IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas.

## 23. Patrimônio líquido

### 23.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$571.866 (R\$571.866 em 31 de dezembro de 2019) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 23.2. Reserva de lucros- reserva de incentivos fiscais (imposto de renda)

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 197/2012, Ofício SUDENE nº 1.957 de 12/12/2012, Despacho Decisório Nº 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e Ato Declaratório Nº 11 de 09 de outubro de 2017, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos, com aprovação em AGO/AGE; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No período findo em 31 de março de 2020 a Companhia apurou R\$19.701 (R\$66.558 em 31 de dezembro de 2019) de redução de imposto de renda.

### 23.3. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2020, aprovou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019, apurados no balanço levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$108.894, equivalentes a R\$118,6000250501 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 03 de abril de 2020.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2020, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 29 de fevereiro de 2020, no montante de R\$55.198, equivalentes a R\$60,117694116400 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 26 de março de 2020, com base na posição acionária da Companhia em 25 de março de 2020.

## 24. Receita operacional

	31/03/2020			31/03/2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	1.193.680	495.673	365.582	1.179.618	460.165	356.220
Industrial	3.849	46.829	30.337	3.887	71.085	44.222
Comercial	94.646	185.410	138.637	93.932	185.523	144.936
Rural	136.119	85.340	38.377	134.897	72.423	33.804
Poder público:	16.812	65.653	46.594	16.408	62.864	46.606
Iluminação pública	736	65.132	28.598	731	66.953	30.482
Serviço público	1000	55.415	23.592	1.067	50.531	22.525
Consumo próprio	299	1.197	-	279	991	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.447.141</b>	<b>1.000.649</b>	<b>671.717</b>	<b>1.430.819</b>	<b>970.535</b>	<b>678.795</b>
Suprimento de energia a concessionária	-	1.285	7.570	-	37.967	84.960
Fornecimento não Faturado líquido	-	2.999	1.646	-	935	659
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	75	-	28.876	58	-	24.135
Receita de Construção da Infraestrutura (1)	-	-	38.675	-	-	28.826
Penalidades regulatórias	-	-	(1.412)	-	-	(1.849)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	14.985	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	(14.985)	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	4.348	-	-	3.237
Valor justo ativo indenizável da concessão	-	-	3.637	-	-	6.910
Constituição e amortização-CVA ativa e passiva	-	-	(13.793)	-	-	(22.976)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	50.175	-	-	46.348
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>1.447.216</b>	<b>1.004.933</b>	<b>791.439</b>	<b>1.430.877</b>	<b>1.009.437</b>	<b>849.045</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	169.588	-	-	169.480
PIS	-	-	12.408	-	-	12.558
COFINS	-	-	57.151	-	-	57.846
ISS	-	-	175	-	-	155
Deduções bandeiras tarifária - CCRBT (2)	-	-	(173)	-	-	8.340
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.952	-	-	2.100
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	488	-	-	525
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	17.955	-	-	36.659
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	976	-	-	1.049
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	976	-	-	1.049
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	488	-	-	525
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	727	-	-	659
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>262.711</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>290.945</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>1.447.216</b>	<b>1.004.933</b>	<b>528.728</b>	<b>1.430.877</b>	<b>1.009.437</b>	<b>558.100</b>

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

- (2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas adicionais das bandeiras tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no período foram de R\$2.020 (R\$179 em 31 de março de 2019), repassado à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$173 (R\$8.340 em 31 de março de 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado do período findo em 31 de março de 2020 foi de R\$2.193 (R\$8.161 em 31 de março de 2019).

## 25. Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH(**)		R\$	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Energia de leilão	694.187	711.551	144.337	158.530
Energia bilateral	109.440	111.946	31.658	30.327
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	37.392	36.649	10.797	8.332
Energia de curto prazo - CCEE (*)	52.108	-	28.410	85.194
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória nº 1410/2013	301.645	337.342	34.853	35.491
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	20.577	20.979	7.379	8.856
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(21.667)	(20.170)
<b>Total</b>	<b>1.215.349</b>	<b>1.218.467</b>	<b>235.767</b>	<b>306.560</b>

(\*) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

(\*\*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

## 26. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido do período	95.931	86.246
Média ponderada das ações em milhares	918	918
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$(*)</b>	<b>104,50</b>	<b>93,93</b>

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 27. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			31/03/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	616	603
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	467	467
Auto Frota	23/10/2020	Até R\$360 /veículo	231	228
Vida em Grupo e Acidentes pessoais	31/01/2021	112.617	299	261
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	36	36
Transporte nacional	04/04/2021	Até R\$2.000 /veículo	13	10
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2021	228/drone	1	1
			<b>1.663</b>	<b>1.606</b>

## 28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período foram de R\$3.637 (R\$6.910 em 31 de março de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalente de caixa		207.786	207.786	61.863	61.863
Consumidores e concessionárias		403.596	403.596	398.480	398.480
Ativos financeiros setoriais		107.047	107.047	128.399	128.399
		<b>718.429</b>	<b>718.429</b>	<b>588.742</b>	<b>588.742</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	157.621	157.621	109.136	109.136
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	654.618	654.618	640.976	640.976
Instrumentos financeiros derivativos	2	73.623	73.623	65.807	65.807
		<b>885.862</b>	<b>885.862</b>	<b>815.919</b>	<b>815.919</b>

PASSIVO	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		144.076	144.076	170.590	170.590
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.035.758	1.047.605	880.893	878.754
Arrendamentos operacionais		3.999	3.999	4.288	4.288
Passivos financeiros setoriais		91.188	91.188	99.135	99.135
		<b>1.275.021</b>	<b>1.286.868</b>	<b>1.154.906</b>	<b>1.152.767</b>
<b>Valor justo por meio de resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	1.178	1.178
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.178</b>	<b>1.178</b>

## Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

## Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de março de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$9.018 (R\$4.005 em 31 de março de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2020, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.079 (R\$5.186 em 31 de março de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data das informações trimestrais, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

## • Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	31/03/2020	31/12/2019
Dívida (a)	1.035.758	880.893
Caixa e equivalente de caixa	(207.786)	(61.863)
Dívida líquida	827.972	819.030
Patrimônio líquido	862.516	930.563
Índice de endividamento líquido	0,96	0,88

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e 17.

## a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		135.562	-	-	-	8.514	144.076
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	4,90%	159.698	419.779	220.736	340.900	129.506	1.270.619
Instrumentos Financeiros Derivativos		(49.780)	(1.200)	(1.921)	(12.075)	(8.647)	(73.623)
Total		245.480	418.579	218.815	328.825	129.373	1.341.072

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de

Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	207.786	61.863
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	157.621	109.136
Consumidores e concessionárias	5	403.596	398.480
Ativos financeiros setoriais	8	107.047	128.399
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	654.618	640.976
Instrumentos financeiros derivativos	28	73.623	65.807

#### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período de 31 de março de 2020 com alta de 28,98% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,1987/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2020 era de 37,84%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 era de 10,37%.

Do montante Consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, excluído os efeitos dos custos a apropriar, em 31 de março de 2020 de R\$1.040.465 (R\$885.229 em 31 de dezembro de 2019), R\$135.377 (R\$178.253 em 31 de dezembro de 2019) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto prazo, em junho de 2020, e custo de 3,7995% ao ano mais variação cambial.

Em 31 de março de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo circulante	50.981	19.308
Ativo não circulante	22.642	46.499
Passivo circulante	-	1.178

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida designada para “Fair Value Option”	85.000	145.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(134.346)	(178.233)
Swap Cambial (Derivativo)	85.000	145.000	<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	134.346	178.233
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(86.101)	(145.828)
			Posição Líquida Swap	48.245	32.405
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(86.101)</b>	<b>(145.828)</b>

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge)*	181.630	181.630	Taxa Pré-Fixada	(208.778)	(216.943)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa Pré-Fixada	208.771	216.935
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	181.630	181.630	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(183.393)	(184.711)
			Posição Líquida Swap	25.378	32.224
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(183.400)</b>	<b>(184.719)</b>

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

## Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

### Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(85.000)		(71.190)	(101.324)	(131.458)
Varição Dívida	-		13.810	(16.324)	(46.458)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	134.346		120.536	150.670	180.804
Varição - USD e LIBOR	-		(13.810)	16.324	46.458
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(86.101)	Alta	(86.101)	(86.101)	(86.101)
<b>Subtotal</b>	<b>48.245</b>	Câmbio	<b>34.435</b>	<b>64.569</b>	<b>94.703</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(36.755)</b>		<b>(36.755)</b>	<b>(36.755)</b>	<b>(36.755)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$36.755 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$36.755 em ambos os casos.

#### (a) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações trimestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(181.630)		(181.630)	(181.630)	(181.630)
Swap de Juros	-	Alta CDI	-	-	-
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	208.771		208.771	208.771	208.771
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI + TJLP	(183.393)		(183.393)	(193.941)	(204.423)
Variação	-		-	(10.548)	(21.030)
<b>Subtotal</b>	<b>25.378</b>		<b>25.378</b>	<b>14.830</b>	<b>4.348</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(156.252)</b>		<b>(156.252)</b>	<b>(166.800)</b>	<b>(177.282)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,01%, TJLP = 1,25% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	339.844	Alta do CDI	11.623	14.529	17.435
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(86.101)	Alta USD	(2.945)	(3.681)	(4.418)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(678.693)	Alta CDI	(23.211)	(29.014)	(34.817)
	(209.265)	Alta IPCA	(1.109)	(1.386)	(1.664)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(974.059)</b>		<b>(27.265)</b>	<b>(34.081)</b>	<b>(40.899)</b>
<b>Total</b>	<b>(634.215)</b>		<b>(15.642)</b>	<b>(19.552)</b>	<b>(23.464)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de março de 2021 (3,42 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2020 e IPCA 0,53%.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$66.406.

#### Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 29. Benefícios pós emprego

### a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, dois na modalidade de benefício definido, sendo um plano saldado, e dois de contribuição definida, estando apenas um plano aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pela Energisa PB eram administrados até agosto de 2018 pela FUNASA - Fundação Saelpa de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº3.949, de 25/02/1987 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar, incorporada naquela data, mediante Portaria Autorizativa PREVIC Nº 277 de 02/04/2018, pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24/10/2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Em 31 de julho de 2015, a Companhia firmou com a FUNASA contrato de assunção de dívida no montante de R\$4.994, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado Funasa (PS). O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R\$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado a taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga. O saldo em 31 de março de 2020 é de R\$3.405 (R\$3.755 em 31 de março de 2019), registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativo nº 16).

O plano de fundo de pensão - ajuste atuarial tem registrado na demonstração de resultado o montante de R\$2.540 em 31 de março de 2019, reconhecidos com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente.

O plano de benefícios de contribuição definida (CD), único aberto ao ingresso de novos participantes, administrado pela EnergisaPrev-Fundação Energisa de Previdência, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora.

Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33.

No período findo em 31 de março de 2020 a despesa de patrocínio desses planos foi de R\$2.626 (R\$2.044 em 31 de março de 2019), registrado na rubrica de entidade de previdência privada.

### b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS (Central Nacional Unimed - CNU e SulAmérica). No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano de 6 meses até 5 anos no máximo desde que assumam a totalidade do custeio, conforme legislação, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 31 de março de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.781 (R\$1.718 em 31 de março de 2019). Inclui R\$79 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

### 30. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
2020 a 2054	586.695	723.386	617.616	669.233	12.172.161

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 31 de março 2020, homologados pela ANEEL.

### 31. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	10.150	69.134
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	3.637	24.296
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	13.816	11.259
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	5	5.594
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	18.305	389.900
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	13.816	11.259
Intangível - CPC 06 (R2)	4.293	5.594

### 32. Eventos subsequentes

#### 32.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de abril e maio de 2020, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

#### 32.2. Liberação de recursos - Despacho Aneel nº 986 de 07 de abril de 2020

Em 08 de abril de 2020 a ANEEL através do Depacho nº 986 determinou a CCEE que: (i) efetuasse repasse aos agentes de mercado detentores de consumo os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, em sua totalidade e na proporção do consumo líquido dos últimos 12 meses de cada agente, utilizada para restituição de montantes excedentes da Conta de Energia de Reserva (CONER), referente a última contabilização realizada; (ii) na operacionalização da liberação deverão ser retidos os valores inadimplidos por cada agente na última liquidação do Mercado de Curto Prazo os quais serão caucionados para abatimento do débitos na próxima liquidação; e (iii) ao longo do ano de 2020 operacionalize o disposto nos itens (i) e (ii) sempre que houver saldo positivo no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. Os montantes liberados naquela data foram de R\$17.206.

### 32.3. Ataque Cibernético

Os sistemas computacionais da Companhia sofreram ataque cibernético de hackers no final do dia 28 de abril de 2020, causando interrupção parcial e temporária nas operações da Companhia, sem no entanto, impactar o fornecimento de energia elétrica, muito embora o sistema de atendimento tenha operado com alguma contingência. A Companhia agiu rapidamente para a solução do problema acionando os planos de contingências e demais protocolos de segurança objetivando minimizar os impactos desta ação. Atualmente, os sistemas da Companhia estão progressivamente retornando a sua normalidade e ações para neutralizar novos ataques cibernéticos foram implementadas. O evento não proporcionou qualquer impacto na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

## Conselho de Administração

---

**Ivan Müller Botelho**  
Presidente

**Ricardo Perez Botelho**  
Vice-Presidente

**Marcílio Marques Moreira**  
Conselheiro Independente

**Omar Carneiro da Cunha Sobrinho**  
Conselheiro Independente

**Marcelo Silveira da Rocha**  
Conselheiro

**Maurício Perez Botelho**  
Suplente

## Diretoria Executiva

---

**Eduardo Alves Mantovani**  
Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

**Alexandre Nogueira Ferreira**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**José Marcos Chaves de Melo**  
Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Fernando Lima Costalonga**  
Diretor Técnico e Comercial

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem designação específica

**Vicente Cortes de Carvalho**  
Contador  
CRC-MG 042523/O-7

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
João Pessoa - PB

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos  
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9